



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14731 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

**O COLÉGIO MÁXIMO DO MARANHÃO: NARRATIVA AINDA EXTRAOFICIAL SOBRE O ENSINO DE FILOSOFIA NO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO**

Wanderson Carlos Lisboa Maia - UFTM - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

Lucio Alvaro Marques - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

**O COLÉGIO MÁXIMO DO MARANHÃO: NARRATIVA AINDA EXTRAOFICIAL SOBRE O ENSINO DE FILOSOFIA NO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO**

Palavras-Chave: Filosofia. Colonial. Ensino. Maranhão.

### **Introdução do problema**

Quais são as bases da educação brasileira? Quais são os seus fundamentos históricos, antropológicos, sociológicos e filosóficos? Estas e ainda outras questões precisam da apreciação dos que se propõem a pensar o fazer educacional no Brasil. Todavia, ainda é necessário um melhor reconhecimento da importância do ensino feito no período colonial brasileiro, ainda pouco revisitado.

A falta de pesquisas sobre o que foi produzido neste período, retifica a quase uníssona narrativa, da inexistência de um fazer educacional de qualidade e do não ensino da filosofia neste escopo histórico.

Outra sustentação deste desconhecimento proposital ou não, é a escassez de material para a sua análise, dado que, o único documento até então balizador das pesquisas sobre, eram as *Conclusiones Metaphysicas de Ente Reali* de Francisco de Faria, datada de 1747,

tornando o fazer educacional colonial “(...) sem dúvidas o período mais obscuro de nossa história” (MARQUES, 2018).

## Desenvolvimento

Pensar os processos educacionais neste período e com eles o ensino de filosofia, é quase impossível sem recorrer à atuação dos padres da Companhia de Jesus, nos mais de 200 anos, em que estiveram responsáveis da educação no país, construindo vários seminários e colégios, dentre os quais está o Colégio Máximo do Maranhão como apresenta o professor Lúcio Álvaro Marques (2018, p.104-105):

Em 1709, o Maranhão tinha um Colégio Máximo. A documentação comprobatória encontra-se em uma série de manuscritos e leis reais (*Ordinationes*) dispersos que precisam ser lidos na sequência e muitos ainda se encontram, por exemplo, na Biblioteca Pública de Évora, Fundo dos Reservados [BPE / FR], carente de um catálogo mais preciso. Isso significava o direito de oferecer cursos superiores de Teologia Moral inclusive aos alunos externos com exame público de moral para todos os estudantes (BPE / FR, *Ordinationes*, Códice CXVI/2-2, 137).

Estudar o ensino colonial brasileiro, que se encontra no fundo dos reservados da própria história carecente de análise, minuciosa e sistemática, sobre os documentos que se tornaram veículos das produções acadêmicas do período, significa apresentar os principais agentes educacionais e quais foram as suas contribuições.

A retomada das pesquisas sobre o processo de ensino das Artes no período colonial, ou seja, pensar uma narrativa extraoficial, tem por agente a redescoberta dos manuscritos no Fundo dos Reservados da Biblioteca Pública de Évora, parte deles, posteriormente transcritos, traduzidos, analisados e publicados na obra *A Lógica da Necessidade: o ensino de Rodrigo Homem no colégio do Maranhão (1720-1725)* (2018), do professor Lúcio Álvaro Marques, que reabriu as discussões sobre o ensino de filosofia no período colonial não mais como especulações norteadas pela escassez de documentação, mas como dado histórico-filosófico outorgado pelas documentações intituladas *Catalogus Eborensis*:

Esse catálogo elenca 49 escritos, localizados na Biblioteca Pública de Évora, que se dividem em três grupos: quinze, escritos nos colégios metropolitanos; trinta, nos colégios coloniais; quatro, com origem inicialmente, e em parte, indeterminada. Excetuados os quinze primeiros escritos, certamente os demais são todos de origem colonial, redigidos no Maranhão (27 escritos) e Pará (quatro a seis escritos). O corpus em questão não é desprezível. Na verdade, reúne 30 escritos das quatro categorias iniciais, mas não contém um *cursus philosophicus*. Esse corpus é proveniente do Colégio Máximo do Maranhão, que estava sob a responsabilidade dos inicianos (MARQUES, 2021, p.5).

Dos 27 documentos atribuídos ao Colégio Máximo do Maranhão, 7 são do Padre Rodrigo Homem (1685), os outros 20 títulos restantes são assinados por Bento Fonseca (1702-1781), sendo 16 impressos e 4 manuscritos, com total de 66 fólhos.

Os manuscritos de Fonseca, versam sobre diversas áreas como “(...) filosofia racional (lógica e teoria do conhecimento), filosofia natural (física) e filosofia transnatural (metafísica)

correspondendo aos três anos de duração do curso de filosofia”, (MARQUES, 2018,p. 22-23).

Para além destes textos apresentados ainda carentes de análise, Bento da Fonseca reúne várias cartas, entre endereçadas e recebidas, relatando as rotinas tanto do Colégio quanto da Colônia, bem como relatos sobre a questão da escravidão nas terras maranhenses.

## Conclusões

A história do período colonial brasileiro, como alerta Serafim Leite (2006: VII, 224): “(...) ainda não está feita em bases científicas, o que vem a significar que ainda não se estudou nas suas fontes, dentro do ambiente e dos livros que foram veículos dela”.

Esta retomada histórica conceitual sobre o ensino das Artes no período colonial brasileiro, significa estudar de forma exaustiva esses ambientes e os veículos de produções acadêmicas daquele período, que neste caso, versa sobre o Colégio Máximo do Maranhão e os seus manuscritos de Bento da Fonseca.

A extraoficialidade da proposta em questão, dar-se mediante a análise do *in Collegio Maragnonensi*, bem como os documentos nele produzidos, ressignificando e recaracterizando tudo que até então se publicizou sobre o ensino das Artes e da própria filosofia no período colonial brasileiro.

## REFERÊNCIAS

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.

MARQUES, Lúcio Álvaro **A lógica da necessidade: O ensino de Rodrigo Homem no Colégio do Maranhão (1720-1725)**. Ed. - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

\_\_\_\_\_ **Em busca de uma filosofia colonial brasileira**. 2021.

Disponível

em:

[file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/eperiodicos,+VERITAS.2021.1.39730%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/eperiodicos,+VERITAS.2021.1.39730%20(4).pdf)